



XIII Congresso de ECOLOGIA

III International Symposium of Ecology and Evolution

Múltiplas ecologias: evolução e diversidade

08 a 12 de outubro de 2017 • UFV - VIÇOSA | MG

PREMISSAS E ASPECTOS ECOLÓGICOS DO PLANEJAMENTO PARA A CONSERVAÇÃO UTILIZADOS NOS PLANOS DE AÇÃO BRASILEIROS

Fabricio Escarlante-Tavares^{1*}, Anna Carolina Ramalho Lins¹, Ana Paula Leite Prates¹, Fátima Pires de Almeida Oliveira¹, Danilo do Prado Perina¹, Elizabeth Santos de Araújo¹, André Elias-Paiva¹ e Amanda Galvão¹.

1. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasília, 70670-350, Brasil.

*Correspondência para f.escarlante.icmbio@gmail.com

Tema/Meio de apresentação: Biologia da Conservação/Pôster

Nos últimos 30 anos, em razão da expansão econômica vivenciada pelo Brasil, houve um aumento no número de espécies ameaçadas e um agravamento na situação de muitas que já se encontravam em alguma categoria de risco de extinção. Para reverter esta situação, a partir de 2004 o Estado brasileiro investiu na elaboração de planejamentos estratégicos aos moldes dos planos de ação da UICN. Entretanto, percebeu-se que esta estratégia não seria suficiente para conter o acelerado avanço das ameaças às espécies, que atualmente somam 1.173 em alguma categoria de risco. A partir de 2010, o ICMBio reformulou a estratégia de planejamento para potencializar a ferramenta Plano de Ação Nacional - PAN, principalmente no sentido de buscar abordagens em múltiplas escalas tanto taxonômicas quanto geográficas, rompendo com conceitos clássicos em biologia da conservação como espécies bandeira e guarda-chuva. Inicialmente, foi questionada a viabilidade destas abordagens, pela incidência sobre o conflito escala versus padrão, e sua efetividade, por agrupar organismos com diferentes respostas aos impactos. Entretanto, o foco dos planos nesta nova perspectiva é o combate às ameaças, beneficiando direta ou indiretamente um grande número de espécies, independente do fator escala. Esta abordagem resultou em um aumento representativo na abrangência territorial e no número de espécies ameaçadas abrangidas nos PANs, partindo de 6% no período de 2004 até 2009 para 46% entre 2010 e 2017. Esta estratégia foi particularmente relevante para as espécies marinhas, pois, visto que sobre elas incidem tipologias de ameaças muito bem definidas e sobrepostas, como atividades relacionadas à exploração de petróleo e gás, poluição e pesca (industrial ou artesanal, em diferentes modalidades e petrechos), foi possível elaborar PANs mais amplos, porém mais pragmáticos e exequíveis. Dos 54 PANs elaborados, dez abrangem 84% das espécies costeiras e marinhas ameaçadas, sendo que dois focam em ecossistemas altamente vulneráveis (Manguezal e Corais).

Agradecemos o apoio do Projeto GEF-Mar, CNPq e todos os parceiros que colaboram com os Planos de Ação Nacional.